



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



**Processo nº 5.433/15**

**Referência:** Despacho nº 182/15-SEGEDAM

**Assunto:** Pregão Eletrônico nº 18/15

**Interessados:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT  
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. e COQUEIRO & PEREIRA  
CONSULTORIA LTDA – ME

**Objeto:** Interposições de impugnações contra o Pregão nº 18/2015

**Ementa:** Interposições de impugnações contra o Pregão nº 18/2015. Parecer no sentido de considerar-se improcedente a impugnação apresentada pela ECT, e de não conhecer das impugnações apresentadas pelas empresas G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. e COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME. Prosseguimento do feito.

**N O T A Nº 99/2015-CJP**

Versam os autos sobre a realização de procedimento licitatório, objetivando a contratação de empresa na prestação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria, para atendimento de diversas unidades deste Tribunal, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2015.

Retorna a esta Consultoria o presente feito, nesta oportunidade, para o exame das impugnações, tempestivas, apresentadas pelas empresas: **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT** (e-Doc 3EB809A1, Peça nº 42), **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.** (e-Doc C00D8EA8, Peça nº 56), e **COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME** (e-Doc C55DC9B6, Peça nº 57), contra os termos do Edital.

Preliminarmente, a Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio, por intermédio do e-doc 0C1EDEF9-e, destacou que as impugnações restringiram-se, em síntese, aos seguintes argumentos:



- **Empresa COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME (e-Doc C55DC9B6, Peça nº 57)** : Alegou que a exigência de registro da empresa bem como do Atestado de Capacidade Técnica na entidade profissional competente, contida no item 14.3, VI e VII do Edital, fere o princípio da isonomia, argumentado que *“não seria pertinente a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Administração nas licitações para contratação de serviços que envolvam prestação de serviços autorizados, na medida em que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração”*.

Requer a exclusão da exigência de CRA do item 14.3, VI e VII do Edital, *“de modo a permitir a concorrência justa entre empresas neste certame”*;

- **Empresa G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. (e-Doc C00D8EA8, Peça nº 56)**: Alegou que *“é imperiosa a realização de alterações consistentes e relevantes no instrumento, mais especificamente no Capítulo XIV, que trata ‘Da Habilitação’, em seu item 14.3, alínea VII, uma vez que o conteúdo e a extensão da qualificação técnica dependem diretamente do objeto da licitação”*. Argumentou que a exigência de Atestados contendo as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados que comprove(m) a prestação de serviços de pelo menos 5 (cinco) postos de técnico em secretariado e 6 (seis) postos de recepcionista, não oferece garantia da efetividade dos serviços a serem prestados, *“bem como se mostra excessiva para comprovar a capacidade operativa da empresa para executar o objeto lícitado no caso concreto”*. Considerou ilegal *“a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação, mormente quando esse serviço é de menor complexidade”*, alegando ser *“evidente que o sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado”*.

Asseverou que tal exigência *“impõe às interessadas condição que extrapola os critérios razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a competitividade do certame” e fere os princípios da isonomia e da economicidade, vez que*



*restringe o universo de participantes, e desatende ao disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal.*

Argumentou ainda que o objeto do certame refere-se à contratação, por meio de execução indireta, de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria, e que, portanto, a exigência contida no Edital deve buscar verificar a capacidade da licitante em gerir mão-de-obra, e não a sua aptidão relativa a determinadas atividades.

Por fim, requereu a modificação do item 14.3, inciso VII, do Edital, “*de modo a permitir a aceitação de atestados que comprovem a execução de serviços de características e quantitativos semelhantes aos do objeto licitado, tais como serviços continuados de apoio administrativo e/ou serviços de apoio técnico administrativo*”.

- **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT:** insurgiu-se contra o descrito no subitem 3.10.1.1 do Termo de Referência do Edital, argumentando que as atividades do posto de mensageiro (entrega de processos e de correspondência interna e externa e transporte de documentos) estariam inseridas no conceito de serviço postal cuja atividade é prestada em regime de exclusividade pela ECT, conforme outorga da União, conferida por meio dos art. 21, X, e 22, V, da Constituição Federal c/c na Lei nº 6.538/78, que confirmam o exercício do serviço postal em regime de exclusividade pela ECT.

Feito o relatório, passamos à análise da matéria.

Informamos que os pedidos de impugnação foram apresentados tempestivamente, tendo sido encaminhados antes dos dois dias que antecedem a data de abertura da sessão pública, conforme reza o item 3.1 do Edital.



Entretanto, consta dos autos, que os pedidos formulados pelas empresas G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. e COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME deixaram de contemplar a documentação comprobatória da habilitação legal do signatário, conforme disposto nos itens 3.8 e 3.9 do Edital.

A respeito dos argumentos apresentados pela empresa G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA., cabe esclarecer que a terceirização de serviços é a transferência de determinadas atividades de uma pessoa jurídica (pública ou privada) a uma empresa contratada para essa finalidade, com os seguintes objetivos: a) permitir a redução de custos operacionais; **b) maximizar a qualidade dos serviços prestados à clientela, devido à especialização do terceirizado**; e c) permitir a concentração do organismo em suas atividades-fim, com vistas à maior especialização, racionalização de recursos e qualificação do produto, mediante a transferência para terceiros da execução das demais atividades, ditas acessórias, instrumentais e auxiliares (atividades-meio).

Na análise dos argumentos expendidos pela impugnante, importante destacar que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica encontra respaldo no art. 30, II, da Lei nº 8.666/93 e o subitem VII do item 14.3 do edital.

Impende reforçar, que não foi exigido no edital que os atestados abarcassem todos os serviços, podendo esses serem executados em contratos diversos, existindo também a possibilidade de que a empresa possa apresentar atestados diversificados, de modo a comprovar a prestação das quatro atividades a serem exercidas no âmbito do ajuste.



Também foi esclarecido por aquela unidade técnica que o registro de atestado de capacidade técnica na respectiva entidade competente, contida no inciso VII item 14.3 do edital do certame, encontra guarida no art. 30, II e § 1º da Lei nº 8.666/93.

No que se refere aos argumentos apresentados pela empresa COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME, de que a exigência contida no inciso VI do item 14.3 do Edital Pregão Eletrônico nº 18/2015, impende esclarecer que a exigência de registro da empresa na entidade profissional competente, encontra respaldo legal no art. 30, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e no art. 1º da Lei nº 6.839/80.

Importante ressaltar ainda, que o registro na entidade competente, é uma garantia de que os serviços prestados são fiscalizados, não se referindo, simplesmente, às atividades desempenhadas por seus colaboradores (prestadores de serviço), mas sim às atividades exercidas pela empresa e/ou seu responsável técnico. Desta feita, não há que se falar em registro de atestados em entidades relacionadas às atividades de técnico em secretariado, recepcionistas, agentes de portaria e mensageiros, mas, sim, em registro na entidade competente para fiscalização, a qual se encontra inscrita a empresa prestadora dos referidos serviços.

Quanto aos argumentos alegados pela **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT**, a SELIP consignou que os documentos a que se refere o edita: processos, correspondência interna e externa, e outros documentos, não estariam abrangidos pelo regime de monopólio explorado pela União, visto que o transporte e a entrega de tais expedientes seriam efetuados, basicamente, dentro das dependências do próprio Tribunal e que as correspondências externas não possuiriam fins lucrativos e/ou comerciais.



Esta Consultoria Jurídica verificou que a matéria não é nova, tendo sido enfrentada pelo TJDF, quando do julgamento da Ação Ordinária nº 12110-65.2011.4.01.3400, tendo o Poder Judiciário firmado o entendimento de que em se tratando de documentos cuja entrega no âmbito desta Corte de Contas já era feita por servidor, com múnus público para desempenhar essa função, não se configuraria afronta ao monopólio constitucionalmente atribuído à ECT. Ressalte-se como bem destacado pelo magistrado que o objeto não consistia em entrega postal de documento, mas sim no transporte de servidor para o exercício de suas atribuições administrativas.

Vale lembrar, que no âmbito do Pregão Eletrônico nº 18/2014 (Processo nº 15.823/2013-TCDF), a ECT novamente apresentou impugnação análoga à de 2011, tendo sido negado seu provimento no citado processo administrativo (e-Docs 60F5512D-c, 6FB285CE-c, 9BF90660-c e 478F0273-c, Peças nº 47, 48, 49 e 50 respectivamente).

Convém destacar, também, que o Tribunal de Contas da União, por intermédio do Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2011 também licitou a atividade de Mensageria.

Informou a i. Pregoeira, que o Tribunal possui contrato múltiplo de prestação de serviços e venda de produtos celebrado com a ECT, que prevê a prestação de serviços de carta comercial, carta, envelope-encomenda, correio internacional, SEDEX etc. que não se confundem com a atividade, eventual e sem fins comerciais, de entrega de processos e expedientes, em sua maioria, internos, que sempre foi desempenhada por servidores desta Corte de forma pessoal, conforme suas atribuições e competências.

Assim, esta Consultoria Jurídica, s.m.j., considera não ser necessária qualquer alteração no edital ora em exame, bastando que a SELIP apenas preste os esclarecimentos à impugnante que a atividade de mensageria, ora licitada, não se confunde com a atividade de serviço postal,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



exercida, em regime de monopólio, que continuará sendo utilizada por esta Corte, conforme contrato múltiplo de prestação de serviços, firmado entre a empresa de Correios e Telégrafos e este Tribunal.

Nessa seara, esta Consultoria entende que assiste razão à Pregoeira quando concluiu pela improcedência do pedido de impugnação apresentado pela empresa EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT (e-Doc 3EB809A1, Peça nº 42), e pelo não conhecimento das impugnações feitas pelas empresas G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. (e-Doc C00D8EA8, Peça nº 56), e COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME, com a consequente manutenção dos termos do mencionado edital.

Destarte, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, e tendo em conta que os esclarecimentos prestados pela i. Pregoeira rebateram devidamente todos os argumentos apresentados nas impugnações em análise, opina no sentido de que seja considerada improcedente a impugnação apresentada pela ECT, e que não sejam conhecidas as impugnações apresentadas pelas empresas G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. (e-Doc C00D8EA8, Peça nº 56), e COQUEIRO & PEREIRA CONSULTORIA LTDA – ME, podendo-se manter os termos do edital, conforme sugerido no e-doc 0C1EDEF9-e, pela Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.

À consideração superior.

Brasília-DF, 06 de maio de 2015.

Ana Paula C. Resende M. do Prado  
**Assessora Jurídica**